



Adoção: o amor superando barreiras

Págs. 6 e 7

**Uso do crack torna-se
questão de saúde pública**

Pág. 3

**Mistura asfáltica de bagaço
de cana une UFF e Cefet**

Pág. 11

Da Redação

Nesta edição, o **Jornal da UFF** aborda o delicado tema da adoção e apresenta o Projeto Família Adotiva – Espaço para Reflexões, por meio do qual a comunidade da UFF encontra assistência psicológica para relações familiares baseadas em laços adotivos.

Um dos problemas que atualmente mais afligem a sociedade tornou-se tão alarmante a ponto de se transformar em questão de saúde pública. Trata-se da droga que registra o maior índice de mortalidade, o crack. Pesquisadores da UFF falam sobre a escalada do uso dessa substância química na população e que tem atingido patamares preocupantes.

Em Campos dos Goytacazes, uma pesquisa está sendo desenvolvida entre a UFF e o Cefet daquele município sobre uma mistura asfáltica feita com bagaço de cana que tem o objetivo de tornar o pavimento mais flexível, diminuindo fissuras e aumentando a vida útil do material.

Conflitos há mais de 50 anos entre israelenses e palestinos na Faixa de Gaza têm ocupado a mídia internacional. Entrevista do **Jornal da UFF** com o coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente da universidade analisa a situação política, econômica e social daquela região. A matéria pode ser lida na íntegra em www.noticias.uff.br/materias.

Na próxima edição, do último trimestre de 2010, o jornal trará a cobertura das comemorações finais do Jubileu de Ouro da UFF, comemorado em 18 de dezembro.

Boa leitura.

Rosane Fernandes
Editora-Chefe

Sonia de Onofre
Editora de Redação

Fitoterápico brasileiro neutraliza veneno de cobra



André Lopes Fuly

Professor adjunto do Departamento de Biologia Celular e Molecular, pesquisador do CNPq e jovem cientista da Faperj

Pesquisa realizada na Universidade Federal Fluminense identificou um extrato vegetal capaz de neutralizar completamente o veneno da cobra surucucu, a mais letal encontrada no território brasileiro. A notícia, que repercutiu nos principais veículos de comunicação, é resultado do projeto coordenado por mim, Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj e pesquisador do CNPq. Esse estudo, que incluiu o trabalho de mestrado (no Programa de Pós-Graduação em Neurociências da UFF) de Rafael Cisne de Paula (2007–2009), teve como objetivo investigar a ação de 12 plantas nativas sobre atividades biológicas provocadas pelo ataque da surucucu.

Das plantas avaliadas por nós, o extrato de barbatimão foi capaz de inibir 100% todas as atividades biológicas testadas. A planta *Stryphnodendron barbatiman* é conhecida por barbatimão, casca da virgindade, dentre outros nomes. É encontrada em regiões de Cerrado, desde o Pará até o Paraná. A árvore, que chega a três metros, tem, de acordo com a crença popular, benefícios cicatrizantes, anti-hemorragicos, anticoagulantes, recebendo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) registro fitoterápico como cicatrizante. Condição que, para o pesquisador, poderá facilitar seu uso como terapia antiofídica.

A serpente *Lachesis muta*, popularmente conhecida como surucucu, surucutinga, surucucu de fogo e surucucu pico de jaca, foi escolhida justamente por ser a cobra mais venenosa das Américas. No Brasil, é encontrada nas áreas de floresta, como a Região Amazônica e a Mata Atlântica. Seu comprimento pode chegar a quatro metros e seus hábitos são, preferencialmente, noturnos.

Professor do Departamento de Biologia Celular e Molecular do Instituto de Biologia da UFF desde 2006, investigo propriedades antiofídicas de moléculas de origem natural ou sintéticas buscando, assim, o desenvolvimento de tratamentos alternativos ao soro antiofídico. A motivação para realizar esse estudo foi que os acidentes ofidi-

cos oneram muito os cofres públicos. Além do elevado custo de produção de soroterapia, sua eficácia contra o veneno da surucucu é menos evidente. E, também, algumas vítimas ficam com sequelas, tornando-se incapacitadas para o sistema produtivo. Trata-se, portanto, de um grave problema de saúde pública. Fato que cria a necessidade de se buscar alternativas viáveis à administração do soro antiofídico, que é o tratamento atualmente preconizado pelo Ministério da Saúde.

O soro é produzido por três grandes centros: Instituto Vital Brazil, em Niterói; Instituto Butantã, em São Paulo; e Fundação Ezequiel Dias, em Belo Horizonte. O tratamento com soro reverte somente os efeitos sistêmicos, que resultam em distúrbios de coagulação, hemorragia, hipotensão e óbito.

No entanto, é ineficaz contra as lesões locais, como edema, necrose de tecidos, hemorragia local, que podem deixar sequelas, como amputação e atrofia de membros. Além disso, alguns pacientes podem apresentar reações alérgicas ao soro e, em alguns casos, evoluir a choque anafilático e, conseqüentemente, ao óbito.

As propriedades farmacológicas e biológicas da biodiversidade brasileira, já extensamente utilizadas por nativos e índios, devem ser validadas cientificamente para ampliar as possibilidades de tratamento e de terapia. Temos cerca de 20% da flora mundial, mas somente 71 plantas têm registro na Anvisa como fitoterápicos, o que é um número inexpressivo. Fica fácil deduzir, portanto, que várias propriedades terapêuticas estão sendo desperdiçadas.

De 2001 a 2009, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificações do Ministério da Saúde (Sinan/MS), foram registrados 202.016 ataques de cobras no Brasil, dos quais 638 foram fatais e 2.992 deixaram sequelas. A pesquisa contou com suporte financeiro da Faperj, CNPq, UFF/Proppi e International Foundation for Science (IFS).

Crack já alcança todos os níveis da sociedade



Adriana Martins e Karla Vidal

Arte e diagramação: Bruno Madeira e Alvaro Faria

A perigosa mistura de cloridrato de cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada, que resulta em pequenos grãos fumados em cachimbos, tem atingido de maneira grave a população em várias regiões do Brasil. A química, que se transforma no crack, tornou-se questão de saúde pública. Cerca de um milhão de pessoas estão viciadas na droga que tem o maior índice de mortalidade, segundo pesquisas da Universidade Federal Fluminense.

A droga atraiu mais rapidamente a população de baixa renda, mas já alcança os demais níveis da sociedade. Há cerca de cinco anos, o crack se estende à classe média. O psiquiatra Jairo Werner Júnior trabalha no Grupo Transdisciplinar de Estudos e Tratamento do Alcoolismo e Outras Dependências (Geal) da UFF, que atende dependentes químicos, e notou um crescimento significativo da busca de tratamento por usuários de crack. “Houve um aumento proporcional em relação ao consumo dessa droga. A procura quase dobrou”, afirmou.

O crack tem chamado a atenção devido aos altos índices de mortalidade. De acordo com o psiquiatra, o usuário perde a noção do perigo e fica vulnerável a situações de risco. Com isso, pode se expor a relações sexuais desprotegidas, se envolver em atos de violência, além de perder a capacidade de assimilar regras sociais. “Muitas vezes, as

pessoas morrem não apenas pelas consequências fisiológicas do uso intenso, mas também por causas externas. São capazes de fazer qualquer negócio para conseguir a droga: roubam, se prostituem e podem acabar assassinadas”, atentou Werner Júnior.

Com características próprias, o crack tem efeitos rápidos. Quando fumada, a droga atinge o sistema nervoso central de cinco a dez segundos. A sensação “boa” dura em média 20 minutos, o que provoca a busca do usuário por novas quantidades. O especialista explica que o crack é como uma cocaína mais intensa. O usuário não come, tem insônia e instabilidade emocional. “Vive-se uma situação alarmante em relação ao crack”, alertou.

No Geal, os usuários são submetidos à avaliação médica, física e psicológica, e são encaminhados para tratamento. O grupo une a parte médica à educacional e social. “É um trabalho árduo fazer com que eles queiram se salvar. Eles não têm vontade. Uns abandonam o tratamento, outros são assassinados. É muito triste”, lamentou o psiquiatra.

Para o professor aposentado da UFF e psicólogo Dalcy Ângelo Fontanive, o crack não havia chegado ao Rio de Janeiro de forma tão alarmante há mais tempo porque a droga não era interessante ao crime organizado, já que, segundo ele, o tempo médio de vida do usuário é

de seis meses. Assim, não haveria “clientela” para manter o produto rentável.

No consultório de psicologia, Fontanive atende não só usuários, como também familiares que buscam orientações para lidar com vítimas da droga. “A sociedade está mais atordoada do que orientada. É preciso ter tranquilidade, pois o pior inimigo é o pânico. A fim de ajudar, a família tem de se organizar para dar soluções que não sejam apenas paliativas”, afirmou.

A orientação da família torna-se fundamental, além da educação básica adquirida nas instituições de ensino. “Caberia às escolas prestar esclarecimentos não apenas sobre o crack, mas em relação a todos os tipos de drogas. Programas socioeducativos podem suprir a deficiência da família ao tratar do assunto”, finalizou.

O especialista acredita que sistemas de prevenção às drogas podem salvar mais do que tratamentos posteriores ao vício.



Governo federal investe R\$ 400 milhões para Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

Além de causar danos ao usuário, o crack também traz consequências à rede pública de saúde. Em decorrência do aumento do número de atendimentos em hospitais e clínicas de tratamento a dependentes da droga, a rede pública de saúde tem sofrido pela falta de infraestrutura. Diante disso, o governo federal lançou em maio o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Os investimentos previstos em ações de saúde, assistência e repressão ao tráfico chegaram a R\$ 400 milhões. O decreto tem por objetivo coordenar as ações federais de prevenção, tratamento, reinserção social do usuário do crack e outras drogas, e enfrentar o tráfico, em parceria com estados, municípios e sociedade civil.



Brasil busca destaque na política internacional



Gilson Carvalho

Arte e diagramação: Bruno Madeira

Em maio, o Brasil, juntamente com a Turquia, intermediou um acordo sobre enriquecimento de urânio iraniano numa tentativa de evitar sanções a Teerã. Em 2009, a embaixada brasileira em Tegucigalpa, capital de Honduras, serviu de refúgio para Manuel Zelaya, presidente deposto por um golpe de Estado naquele país. Para quem não vê relação entre nosso país e aquelas nações, é bom se acostumar: o Brasil quer ser um "international player" e ter assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Geralmente visto como uma potência regional com área de atuação limitada à América Latina, o Brasil tenta ampliar seu poder político internacional. Na última década, regiões do globo aparentemente fora de nossa área de interesse têm merecido atenção brasileira, com abertura de representação diplomática e visitas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, a impossibilidade de Zelaya reassumir o poder não diminuiu a importância do nosso país na América Latina. Do mesmo modo, apesar de o acordo envolvendo Brasil, Turquia e Irã ter fracassado, o saldo foi positivo para a diplomacia brasileira.

Segundo o professor do Departamento de Antropologia da UFF e coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (Neom), Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, não é difícil entender a lógica do Itamaraty. Com o fim da Guerra Fria, decorrente da dissolução da União Soviética

em 1991, abriu-se espaço para novas potências. Brasil, Rússia, Índia e China – grupo que passou a ser conhecido como Bric's – apresentaram-se para desempenhar esse papel.

Além destas, outras nações em desenvolvimento esforçam-se por conquistar um novo *status* no panorama político internacional. É o caso de Turquia, Indonésia, México e África do Sul, por exemplo. Por isso, alianças antes vistas como improváveis se materializam da noite para o dia, como o esforço conjunto Brasil–Turquia em busca de uma solução para o caso do Irã.

Paulo Gabriel Pinto explica que, na verdade, esse movimento começou no governo de Fernando Henrique Cardoso, que investiu nos países lusófonos, com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A entidade foi fundada em 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, o grupo ganhou a adesão de Timor Leste, que conquistou sua independência da Indonésia naquele ano. O mundo lusófono, no entanto, não se revelou suficiente para garantir ao Brasil a visibilidade que busca e, principalmente, o assento no órgão máximo de segurança mundial.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, outra frente de atuação da diplomacia brasileira, também não rendeu os resultados esperados do ponto de vista político e recebe crí-

ticas de seus membros, a ponto de muitos especialistas não acreditarem no seu futuro como bloco econômico e político.

O Oriente Médio, por sua vez, representa um terreno aberto, já que nenhum dos Bric's tem atuação significativa na região. "O grande número de brasileiros de origem sírio-libanesa também serve para justificar o interesse do Brasil na região," acrescentou Pinto.

Um mundo multipolar, com a existência de várias potências do mesmo porte, porém, não parece provável, de acordo com o professor. Os Estados Unidos devem permanecer como única potência global por algum tempo, com várias nações tendo um papel secundário. Cada vez mais frequentes, afirma o especialista, serão atritos entre Brasília e Washington. "O Brasil não vai conseguir ascensão sem se desentender com os Estados Unidos. A política de confrontação faz parte do jogo. Os franceses, por exemplo, fazem isso desde De Gaulle." A França, ao lado dos Estados Unidos, Rússia, China e Reino Unido, é um dos cinco membros permanentes do órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

Àqueles que questionam a capacidade do Brasil de atingir seu intento, Paulo Gabriel Pinto afirma que "cacife político se constrói, e é isso que o país está fazendo". Se a estratégia dará certo, só o tempo dirá.



Palestinos na Faixa de Gaza são reféns da intolerância



Geisa Maria

Arte e diagramação: Daniel Fernandez

No mês maio de 2010, Israel, Turquia e Palestina ocuparam a mídia mundial, em manchetes, análises e opiniões contundentes, em repúdio ou a favor das ações militares israelenses que vitimaram ativistas a bordo de uma frota internacional que levava mantimentos e ajuda humanitária aos palestinos, sitiados na Faixa de Gaza.

Há mais de meio século, israelenses e palestinos se confrontam numa arena de sangue e lágrimas, fomentada pela face sectária e proselitista do poder e à custa, irreversíveis e irreparáveis, da vida e da dignidade humana.

Segundo o antropólogo e professor da UFF Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da universidade (e que também conversou com o *Jornal da UFF sobre política internacional na página 4*), na origem do conflito estão os ideais de supremacia, e racistas, do sionismo, travestidos em nacionalismo, e o legado cruel do colonialismo, presente na história dos povos e nações do mundo inteiro.

Para melhor compreensão sobre o assunto, o *Jornal da UFF* entrevistou o especialista em Antropologia da Religião, Síria/Oriente Médio, Curdos/Árabes e Ritual.

A fundação do Estado de Israel em 1948 – a Terra Santa na interpretação religiosa – não contemplou os anseios da Diáspora judaica? Por que até hoje o Estado palestino não saiu do papel?

A criação oficial do Estado judeu, de Israel, foi seguida de uma guerra entre as forças sionistas e os exércitos árabes, que entram na Palestina com o discurso oficial de ajudar a população, mas, na verdade, acabaram anexando as áreas conquistadas aos seus próprios países. A Cisjordânia foi conquistada e anexada pela Jordânia, e Gaza foi ocupada pelo Exército egípcio. E a guerra que se seguiu entre as aquelas forças sionistas implicou numa limpeza étnica, ou seja, na expulsão de cerca de 700 mil palestinos de suas terras, e que foram definitivamente impedidos de voltar. Isso tudo acaba em 1967, quando Israel conquista os dois territórios – Cisjordânia e Gaza – e toda a Palestina histórica termina sob o controle de Israel. Passam, então, a coexistir duas situações: o Estado de Israel e os territórios ocupados por Israel. Embora, em resoluções posteriores, a ONU venha a considerar a ocupação israelense de todos esses territórios ilegal e que, por direito, isso tem de acabar e, a partir daí, o Estado palestino ser criado, Israel se recusa a fazer isso. A justificativa de que aquela terra é bíblica e, portanto, dada aos judeus, é compreendida sob a ótica de um projeto sionista de construção de um Estado judeu no que era, até 1948, a Palestina. O

Estado que foi efetivamente criado por Israel passou a ser muito maior do que o que a ONU previa (em 1947, a Resolução 181 cria o Estado de Israel e o Estado da Palestina). Portanto, o nacionalismo israelense pode ser fundamentado em mais de uma versão. Apesar da justificativa religiosa, o sionismo, originariamente, era uma ideologia semissecular, com inspirações socialistas.

Por que com Israel as ações de intervenção e mediação da ONU e dos EUA não têm o mesmo padrão de rigor e sanções extremas das que são conduzidas com outros países?

Em 1967, Israel vira um aliado central dos EUA na região, que vetam qualquer possibilidade de aplicação de sanções para obrigar Israel a obedecer às resoluções da ONU que, com um peso menor, nunca são consideradas. Israel passa, então, a confiscar terras palestinas, nos territórios ocupados, e a construir colônias para os judeus. Para isso, começa a transferir populações, o que é proibido e se configura como um crime pelas convenções de Genebra. É quando Israel passa a ocupar toda a Palestina, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. A repercussão dos ataques aos ativistas revelou ao mundo um quadro de desrespeito aos direitos humanos. Segundo notícias, a população civil palestina – 50% na faixa etária abaixo de 18 anos – perdeu casas, seus bens e direitos, têm graves problemas de nutrição, vive sitiada ou refugiada nas fronteiras com países vizinhos. E essas colônias/assentamentos ocupadas por israelenses em áreas proibidas à circulação de palestinos são descritas como terras férteis, com recursos hídricos, onde vão

sendo erguidas novas e confortáveis residências, e contam com infraestrutura de assistência social, saúde e lazer.

Há algum exagero nessas informações?

Esses assentamentos não são para todos os israelenses, mas exclusivamente para os judeus. Os árabes que vivem em Israel acabam virando cidadãos israelenses, mas não têm as mesmas possibilidades, o que significa que não podem viver nestes assentamentos. Israel implantou um sistema que cada vez mais se assemelha ao *apartheid* dos boers. É uma democracia formal e que existe dentro de um Estado que se define como um Estado judeu. Os não judeus são cidadãos de segunda categoria, por definição. Então, existe uma série de direitos que vão, gradativamente, sendo retirados da população conforme a sua categoria: os judeus europeus têm mais direitos do que os separatistas, que têm mais direitos do que os judeus orientais, que têm mais direitos do que os etíopes. O que há, portanto, é uma centena de direitos formais, mas uma série de discriminações, que vão fazendo com que estes direitos não sejam efetivos. Ainda, os cidadãos árabe-israelenses, que têm muito menos direitos do que os judeus, dentro da sua categoria são também segmentados – os drusos têm mais direitos do que os cristãos muçulmanos, e por aí vai. E aí, entram os palestinos, que não são considerados cidadãos de Israel e, portanto, não têm direito nenhum. Eles estão sob ocupação militar, e é uma sociedade que lembra muito o *apartheid* da África do Sul, na qual há cidadãos sem direito nenhum, confinados em territórios economicamente inviáveis, e uma outra parcela da população que tem todos os direitos.

A atual conjuntura é coerente com a história do povo judeu, na trajetória de avanços e retrocessos, em acordos e tratados internacionais, valores e tradições, permeada pelas lutas e lutos causados pelas idéias do antissemitismo?

É evidente que é uma contradição, mas a questão é a seguinte: o colonialismo corrompe. A relação colonial corrompe. Por exemplo, a Inglaterra é uma democracia, a França é uma democracia, e isso não impediu que eles colonizassem barbaramente a Índia, a Argélia. No caso de Israel, mesmo sendo uma democracia para os judeus, isso não impede que eles colonizem e discriminem barbaramente os palestinos. Ou seja, a relação colonial está na raiz dessa contradição.

Leia a íntegra da entrevista em www.noticias.uff.br/materias.



Pais e filhos



Adriana G. Barbosa

Arte e diagramação: Daniel Fernandez

O perfil idealizado pelos interessados em adotar um filho é bem diferente da realidade encontrada nos abrigos, segundo especialistas. Mesmo sabendo que somos uma nação formada por diferentes culturas e etnias, com realidades sociais distintas, o perfil das crianças desejadas ainda é bastante restrito no país.

Grande parte dos menores abrigados nas cerca de 600 instituições brasileiras para esse fim é formada por afrodescendentes (63,6%), e 61,3% deles têm entre 7 e 15 anos. Porém dados divulgados pela ONG Associazione Amici dei Bambini (Ai.Bi) mostram que 72% dos brasileiros preferem adotar uma criança branca, e destes, 67% querem que seja um bebê com cerca de 6 meses e 99% efetivam a adoção com até 1 ano de idade. Dentre os estrangeiros, o perfil da adoção é um pouco mais democrático: 48% aceitam crianças com até 4 anos e diminui para 13% o número de pessoas interessadas em crianças com pele clara.

O estado de saúde também pode representar impedimento para que essa legião infantil (nos abrigos há aproximadamente 80 mil crianças) encontre uma nova família. Enquanto 36% dos estrangeiros se dispõem a adotar crianças que tenham problemas físicos ou mentais, a maioria dos adotantes brasileiros não quer filhos com esse perfil.

Para diminuir a distância entre as famílias interessadas em adotar e as crianças que necessitam de um lar é necessário que a sociedade conheça melhor

a realidade social da adoção. A mídia nacional, por meio de campanhas e novelas, tem explorado o tema e ajudado, assim, a discutir e esclarecer certos mitos, como o da adoção tardia e da realizada com crianças portadoras de deficiência. Algumas celebridades internacionais do mundo artístico, como Angelina Jolie e Madonna, engajadas na causa da adoção multirracial, têm conseguido também a atenção da opinião pública, em nível mundial, para essa questão.

Quando optamos por adotar, o principal é que tenhamos uma coisa em mente: a adoção é para resolver o problema da criança, é ela quem tem direito a uma família, e não os pais quem têm direito a filhos. Amor e carinho, aliados a uma boa dose de disposição, paciência e verdade, ajudam, e muito, a superar os percalços que possam surgir quando decidimos formar uma família adotiva.

Em 3 de novembro de 2009, entrou em vigor a nova Lei Nacional de Adoção, que traz mudanças positivas quanto a essa questão no Brasil. Alguns dos principais pontos que a nova lei abrange são os seguintes: o prazo máximo de permanência das crianças nos abrigos foi definido em dois anos; o poder público passa a ter de dar assistência às gestantes ou mães que queiram entregar seu filho para adoção; a orientação de se manter unidos os irmãos sob a responsabilidade da mesma família; e a obrigatoriedade de todos que querem adotar fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), criando ainda um cadastro de crianças e adolescentes aptos para adoção.

Psicóloga do Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAC) da UFF e coordenadora do Projeto Família Adotiva – Espaço para Reflexões (desenvolvido com



filhos de coração

técnico-administrativos, professores, dependentes e bolsistas da UFF, voltado para famílias de pais e filhos adotivos), Lúcia Velozo analisou algumas dessas novas regras consideradas pontos preocupantes na questão da adoção no Brasil.

O aspecto da permanência das crianças nos abrigos, segundo Lúcia Velozo, era um ponto que precisava ser resolvido com urgência, porque famílias largam crianças indefinidamente nesses locais. “Essas crianças ficavam numa situação muito ruim porque, como têm uma família, não podem ser adotadas. E quanto mais tempo uma criança fica num abrigo, sem condições legais para adoção, mais se distancia do perfil procurado pelos adotantes. Agora, essas crianças só podem ficar lá por dois anos, inibindo esse tipo de atitude familiar.”

Para a psicóloga, a nova regra que estabelece que o poder público tem de dar assistência a gestantes ou mães que queiram entregar seus filhos para adoção é muito importante. “A partir de agora, a mãe que tem interesse em colocar o filho para adoção deve ser encaminhada ao Juizado da Infância, sob pena de multa aos médicos e enfermeiros. Passamos, assim, a envolver os profissionais da saúde nesse processo, e isso vai dificultar a chamada ‘adoção à brasileira’, quando uma pessoa registra como seu filho uma criança que não é sua. É crime, mas ainda ocorre muito no país.”

A regra que torna clara a necessidade de manter irmãos unidos, sob responsabilidade da mesma família (prática que já era usual por muito juízes), segundo Lúcia, é de suma importância. “Manter a convivência entre os irmãos é uma maneira de preservar sua identidade”, explicou.

Para Lúcia Velozo, o item que obriga os candidatos à adoção a fazer parte do CNA e que cria um outro cadastro de crianças e adolescentes aptas

a serem adotadas, vai agilizar a condução dos processos de adoção, por meio de enquadramentos de informações unificadas de todo o país. “Essa regra vai ajudar muito o encontro das famílias com as crianças disponíveis para a adoção, já que o cadastro abrange todo o Brasil e disponibiliza dados que podem influenciar os adotantes a prestar atenção em novos perfis de crianças.”

Na UFF um espaço para refletir sobre a família

O Projeto Família Adotiva – Espaço para Reflexões trata da questão da adoção na comunidade da UFF. Técnicos, professores, dependentes e bolsistas da instituição que desejem algum tipo de assistência psicológica direcionada às relações familiares baseadas em laços adotivos podem se inscrever no DAC.

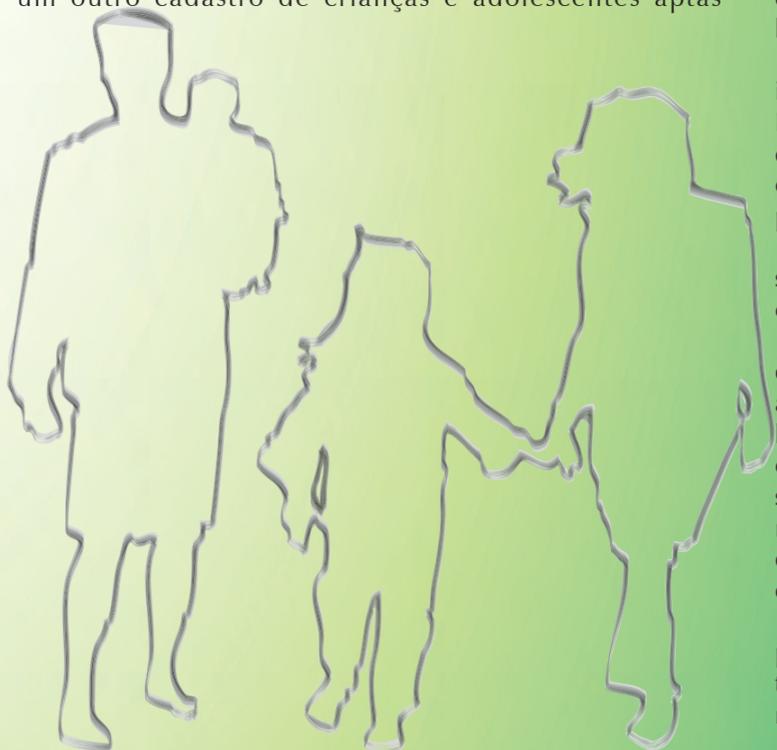
Criado em 2000, o projeto, que, além da coordenação de Lúcia Velozo, foi desenvolvido com a também psicóloga Maria Berenice Calvo da Silva, começou a partir da constatação de que muitas pessoas que procuravam atendimento no DAC tinham a adoção como tema. Começou aí o Grupo de Pais Adotivos: Mitos e Preconceitos, em que se discutiam as dificuldades e especificidades da relação adotiva. Numa segunda etapa do projeto, as psicólogas passaram a atender individualmente crianças e adolescentes adotados e fazer também acompanhamento familiar.

As principais dificuldades presentes na relação adotivas são, sem dúvida, paternas, diz Lúcia. “Insegurança, preconceito, permissividade excessiva, medo de rejeição e excesso de expectativa são questões bastante observadas no nosso consultório. Do lado dos filhos, observamos que a necessidade de testar limites de pai e mãe ao máximo também é bastante recorrente nos nossos atendimentos.”

A questão do segredo da adoção é um ponto importante e que deve ser superado nessas famílias. Lúcia faz um alerta: “A hora certa de contar a verdade sobre a adoção é sempre. Não esconder a origem evita que a criança crie uma fantasia, muitas vezes, pior do que a realidade. A mentira, quando vem à tona, faz com que o filho sinta que as pessoas em quem ele mais confiou não foram sinceras, e pode romper um elo afetivo, irremediavelmente.”

Apesar das dificuldades, Lúcia Velozo faz questão de ressaltar que acredita muito na relação adotiva. “A família adotiva, formada por pais e filhos ‘do coração’ não significa problema. Ela tem características próprias, que algumas vezes devem ser trabalhadas como em qualquer outra relação familiar. Por outro lado, traz o bônus que esperamos das relações afetivas como amor, amizade e felicidade.”

Todas as quartas-feiras, o DAC mantém um plantão disponível para tirar dúvidas a respeito do tema, tanto em questões psicológicas, como de caráter informativo, relacionadas ao processo adotivo.



Gol contra ou a favor?



Natália Tessorollo e Paula Leal

Diagramação: Alvaro Faria e Bruno Madeira

Copa do Mundo, Olimpíadas, Jogos Pan-Americanos. Qual o impacto de eventos como esses para os espaços urbanos das cidades-sede? Para os integrantes do grupo de pesquisa dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU) da UFF, as consequências dificilmente são benéficas para os cidadãos. As obras são pouco funcionais e trazem modificações espaciais e sociais que alteram a cultura do município, além dos altos custos dos projetos, bancados quase sempre com dinheiro público.

No Fórum Social Urbano de março deste ano, no Rio de Janeiro, o geógrafo Christopher Gaffney, professor visitante da UFF, apresentou uma pesquisa sobre os problemas e as consequências econômicas e estruturais para as cidades que vão sediar os jogos do mundial em 2014, no Brasil. Gaffney, que também faz parte do GPDU, diz que alguns dos estádios que serão construídos para abrigar as partidas tendem a se tornar “elefantes brancos”.

“O projeto inclui a construção de estádios, por exemplo, no subúrbio do Recife e Cuiabá. Não há como torná-los sustentáveis economicamente. Para isso, seria necessária uma taxa de ocupação de 70%, e o valor da entrada teria de ser de R\$ 40 a R\$ 60. Um jogo, hoje, no Maracanã leva dez mil pessoas com entrada a R\$ 20. Portanto, teriam de dobrar o preço da entrada e quadruplicar o público presente”, explicou Gaffney.

Desde 2003, o Laboratório de Globalização e Metrópole (LGM) da UFF desenvolve pesquisas sobre os impactos de megaeventos na arquitetura das cidades. Segundo os professores Fernanda Sánchez e Clauco Bienenshtein, o objetivo das pesquisas é pensar de forma crítica esses projetos de reestruturação urbana. “O laboratório pretende conscientizar a população sobre as consequências desses eventos nas cidades, já que o ônus acaba sendo sempre para a sociedade civil”, disse a especialista.

As obras de infraestrutura para esses eventos são, na maioria, destinadas a atender às necessidades turísticas ou a uma parcela mínima dos habitantes locais, com pouca ou nenhuma utilidade para o restante da população. Em algumas áreas, as pessoas que moram no entorno de onde as obras serão realizadas terão de ser removidas de suas casas.

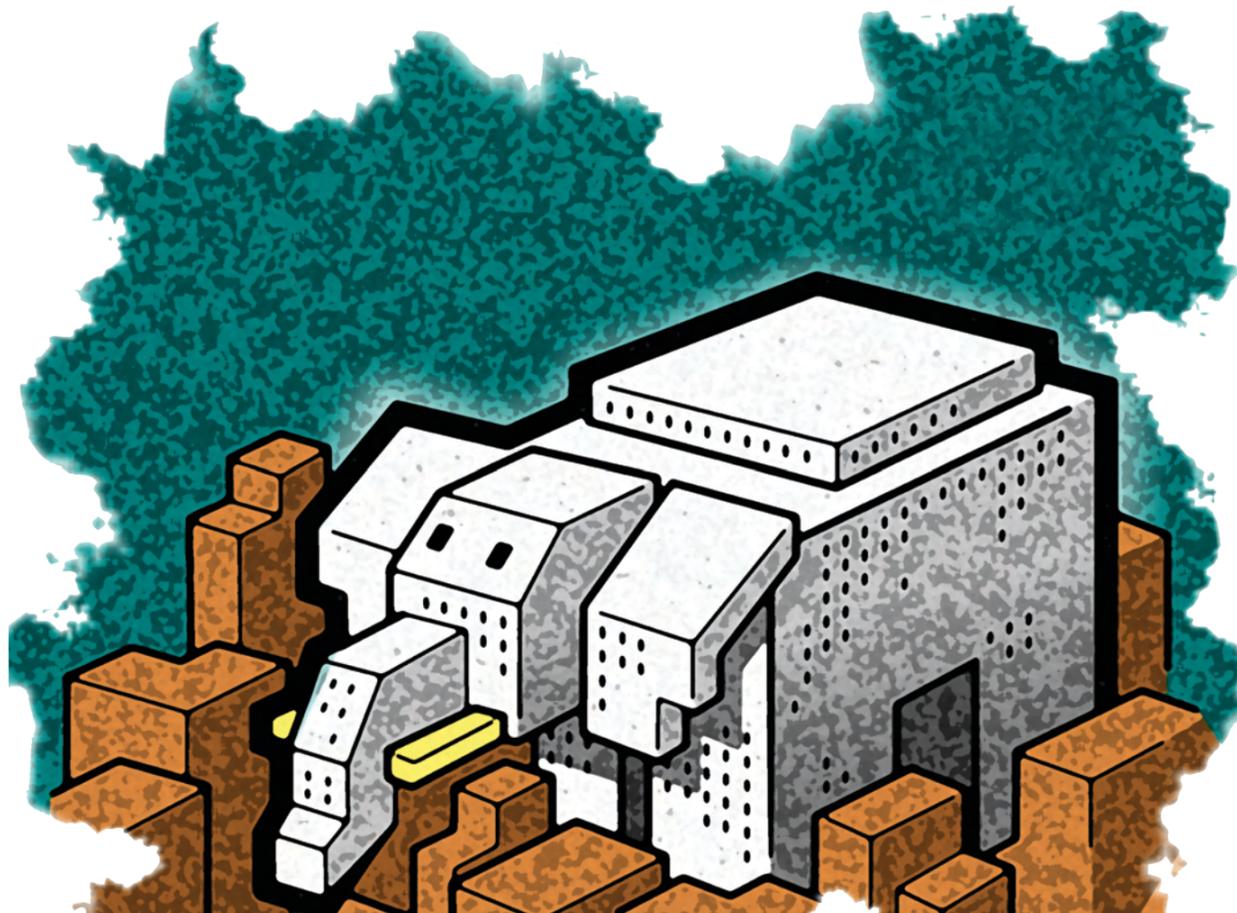
Um dos mais citados modelos de transformação de sucesso do espaço urbano é o de Barcelona, para as Olimpíadas de 1992. Porém a reestruturação da cidade começou 12 anos antes com a elaboração de um plano-diretor, e os jogos fizeram parte da reforma. Como resultado, entretanto, houve valorização do espaço nas áreas do Centro e da Zona Portuária, e aumentou-se o aluguel, retirando a população de baixa renda que morava no local.

Para Gaffney, a reestruturação espa-

cial para receber grandes eventos, como a Copa e as Olimpíadas, aprofunda as desigualdades e aumenta os espaços de segregação da cidade. A solução seria incorporar os megaeventos a outros projetos de longo prazo. “Temos a oportunidade para transformar a cidade, atender às necessidades da população, melhorar transporte, trabalho, educação, saúde, meio ambiente, mas nada disso será feito, pois vão transformar para piorar e privilegiar certos grupos em certa zona”, afirmou.

Entre os dias 3 e 5 de novembro deste ano, o LGM, junto com outras instituições, realizou a conferência internacional “Os Megaeventos e a Cidade”. A conferência discutiu os impactos que esses programas têm na definição da cidadania, e se o dinheiro investido, que geralmente sai de cofres públicos, contribui para tornar a sociedade menos desigual.

Durante o evento, foram discutidos grandes projetos urbanos do Rio de Janeiro, como Caminho Niemeyer, Porto Maravilha, projetos para a Copa e Olimpíadas e efeitos dos Jogos Pan-Americanos no Rio. Fernanda Sánchez lembra que o Pan de 2007 não trouxe efeito positivo para a infraestrutura do município e ressalta a importância de um planejamento urbano de longo prazo e um projeto de dimensão urbanística, política e social.



'Game' criado na UFF ensina como dirigir carro



Regina Schneiderman

Arte e diagramação: Alvaro Faria

O jogo intitulado "Direção Defensiva" é um *serious game*, que no linguajar do mundo dos *games* quer dizer jogo sério, e tem como objetivo educar. Esse projeto é resultado de um trabalho de parceria entre o Instituto de Computação da UFF e a empresa Technology and Training (T&T), e contou com recursos financeiros da Faperj, que também atuou como mediadora entre a universidade e empresa privada.

O jogo foi criado por dois alunos de mestrado em Informática da UFF, José Ricardo da Silva Júnior e Diego Cordeiro Barboza, sob a orientação do professor Esteban Walter Gonzalez Clua e coordenador-geral do UFF Media Lab, laboratório que trabalha com esses *games*. Pela T&T, Cristina Araújo coordenou o estudo que começou em março de 2009 e foi concluído em junho de 2010. No período, os alunos participantes receberam da empresa uma bolsa equivalente a bolsa de mestrado. O lançamento inicial do *game* foi feito na Feira da Faperj, que ocorreu no MAM em abril deste ano.

Silva Júnior e Barboza explicam que a idéia do *game* é educar motoristas em direção defensiva que respeitem as leis de trânsito para alcançarem vitória no jogo. O objetivo é tornar "jogadores motoristas" mais conscientes e assim poder contribuir com a redução de acidentes de trânsito do país. Eles explicam que o jogo tem um simulador que permite ao usuário aprender a dirigir de forma segura, contando com as vantagens de um ambiente virtual de baixo custo operacional, alta interatividade e sem risco de acidentes de verdade.

Os autores, trabalhando em dupla, desenvolviam e enviavam os componentes da programação para a empresa T&T que ficou responsável pela integração e a arte, criando o visual do jogo, os carros, o cenário, etc. Os alunos trabalharam na simulação do comportamento do carro no mundo do jogo, na parte de inteligência artificial dos carros, dos pedestres, a física do jogo, como colisão ou reação a aceleração e freadas de veículos. Também programaram as regras do jogo, usando as leis de trânsito mais importantes, como aquelas em que os motoristas cometem infrações como subir com o carro na calçada, andar na contramão, ultrapassar o sinal fechado, atropelar, passar da velocidade máxima, etc.

Na sua última versão, o projeto passou por mudanças que incluíram a nova legislação sobre a Lei Seca, entretanto, algumas regras como colocar o cinto de segurança ou falar ao celular não puderam ser incluídas no mundo do jogo. O *game* consiste em que o motorista realize várias entregas, e, à medida que ele vai infringindo as leis de trânsito, vai perdendo tempo. O motorista perde porque não consegue completar as entregas previstas para serem cumpridas durante o jogo porque perdeu tempo e foi punido.

Para facilitar a compreensão dos jogadores existe um tutorial com as instruções de como jogar. O *game* tem três fases que vão aumentando de complexidade, e para vencer, o jogador precisa passar por todas. Existe uma fase que é noturna, e o jogador pode ficar com sono, a tela fica escura e ele terá de parar para tomar um café para ficar desperto. Se "beber",

ele sente que o carro sofre um atraso nos comandos simulando que está bêbado e perdeu o reflexo. Segundo os autores, mesmo para quem sabe dirigir, o jogo é interessante pelos desafios que apresenta. O *game* pode ser jogado no teclado, mas o ideal é que seja disputado com acessórios: volante e dois pedais, um para o acelerador e outro para o freio e a marcha.

Quando se compra esses acessórios, a imersão é maior, e o *game* se transforma num simulador do veículo. Sua versão comercial poderá ser distribuída em DVD ou por compra on-line. A comercialização poderá ser feita em várias versões, inclusive, personalizadas para empresas. Por exemplo, se um posto de gasolina decidir distribuir o *game* para seus clientes gratuitamente ou mesmo cobrando, poderá ser feita uma versão incluindo no cenário a marca do posto de gasolina. Os autores pensam na possibilidade de parceria com o Detran que poderia disponibilizar o jogo para os motoristas que queiram aprender a dirigir.

Para o professor Clua, a importância do *game* é que, além de ter um forte poder de transmissão de conteúdo, ele une entretenimento e interatividade. "Ocorre uma imersão, na qual o jogador não é passivo, e o aprendizado é mais efetivo", disse. Sobre a cooperação com a T&T, o ele destaca que o resultado foi exponencial.

Cristina Araújo, que também é responsável pela divulgação e venda do produto, esclarece que já foi fechada negociação com uma autoescola do Rio. Sobre sua importância, disse que ele poderá ser usado nas autoescolas entre aulas teóricas e práticas, e que, por meio dele, os alunos poderão vivenciar situações críticas que não conseguiriam ter nem nas aulas práticas, como dirigir com sono, embriagado, com aquaplanagem, trepidação, etc.

Ela avalia que o trabalho com a UFF foi muito bom e que, mesmo sem apoio do governo, pretende manter essa parceria e já está se reunindo com Esteban Walter Clua para um novo projeto.



Idade não é barreira para entrar na universidade



Anabel Moutinho

Arte e diagramação: Daniel Fernandez

Para quem frequenta os corredores de uma universidade hoje, não é difícil cruzar ou mesmo assistir às aulas com alunos com bem mais idade. Isso porque o número de pessoas com mais de 50 anos nos cursos de graduação das universidades brasileiras vem aumentando nos últimos anos. A cada ano, nas pesquisas do Censo da Educação Superior, cresce o número de matrículas nessa faixa etária. Esses estudantes buscam a primeira, ou a segunda formação superior, como alternativa profissional ou apenas com o intuito de atualizar ou adquirir conhecimentos.

A Universidade Federal Fluminense já tem 238 alunos nessa situação nos cursos de graduação. Os da área de ciências humanas são os que têm mais matriculados acima de 50 anos, somando 170 alunos. O curso de Letras é o que tem mais estudantes nessa idade, com 40 graduandos. No meio de tantos jovens, que têm naturalmente um tempo de aprendizado diferente e nasceram na era digital, os alunos mais velhos encontram dificuldades.

Lara Rabelo, 53 anos, é aluna de Letras (Português-Latim) e diz que seus trabalhos são feitos à mão, e as pesquisas somente

em livros. Na inscrição de disciplinas on-line, que ocorre todo início de semestre, ela pede ajuda ao marido ou a colegas. “Tenho verdadeiro horror ao computador”, disse. Ela explicou que, às vezes, os colegas não entendem as peculiaridades da sua idade como, por exemplo, subir de elevador somente um lance de escadas ou sua velocidade de aprendizado.

A aluna de Biblioteconomia e Documentação Maria Coelho, 56 anos, apesar de usar muito bem o computador desde 1996, também tem dificuldades. Maria afirma que não consegue se inserir nos grupos de trabalho porque, segundo ela, os jovens têm a visão de que “pessoas de idade não aprendem mais”. Outro grande obstáculo é na hora de procurar estágio. Segundo Maria, as pessoas não querem contratá-la porque estágio é para “gente nova”. Por conta disso, chegou à conclusão de que “estágio é para jovem, e não querem saber da sua qualificação”. Apesar de todos esses problemas, tem certeza que está no lugar certo, inclusive, não pediu o reingresso ao qual tinha direito para “disputar em pé de igualdade com todo mundo”.

É bom lembrar o quanto é difícil

ingressar em uma universidade pública por meio de seu vestibular, e até por isso, os alunos de mais idade costumam cursar faculdades privadas. A aluna Neusa Nascimento, 59 anos, conseguiu passar no vestibular da UFF. Ela explica ter tido dificuldade com as ciências exatas. No entanto, para Neusa, os problemas acabaram ali. Ela usa o computador, e quando precisa, pede ajuda aos filhos. Neusa não tem problemas de relacionamento com os alunos jovens e diz que é como se fosse mãe deles. “Entendo a linguagem deles, pois sou mãe de dois filhos que fazem universidade também.” Segundo a Constituição brasileira, todos têm os mesmos direitos. Então, cabe a todos compreender os limites de cada um, jovens ou não, e respeitá-los. A *priori* ninguém é desigual.

Banco de leite do Huap valoriza saúde de mãe e filho



Adriana Martins

Arte e diagramação: Daniel Fernandez

O leite humano é essencial para os recém-nascidos. Além de alimentar, também protege o bebê contra diversas doenças, como diarreia, infecções respiratórias, diabetes e até mesmo alergias. Entretanto, há mães que têm dificuldades de amamentar, ou por não produzirem leite suficiente ou por sentirem dores nas mamas, dentre outros fatores. Assim, com a preocupação de manter a saúde do bebê e da mãe, os bancos de leite tornam-se potentes fontes de vida. O leite é recebido, pasteurizado e distribuído para as crianças.

O Banco de Leite Humano (BLH) do Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap) tem por objetivo promover a saúde da mulher e da criança por meio de iniciativas de integração, com um trabalho diferenciado, de modo que reforce tanto a autoestima da mulher, como doadora, quanto a garantia de uma boa alimentação para o bebê. Durante as campanhas de doação promovidas por esse setor do hospital, as doações têm um aumento significativo, o que contribui para manter a quantidade ideal para alimentar os pequenos que estão internados na UTI Neo-



natal do Huap. Segundo a coordenadora de Assuntos Externos do Huap, Bertilla Riker, a média ideal para abastecer o banco de leite do hospital e não correr o risco de escassez é de 70 litros por semana. Com as campanhas de doação realizadas pelo setor, Bertilla diz que o retorno tem sido gratificante, embora após a série de campanhas, o número de doadoras diminua de forma considerável.

No BLH do Huap, além de doações realizadas em domicílios, também são recebidas doadoras do próprio hospital. Funcionárias e mães com bebês internados na unidade também participam desse ato de solidariedade e se dirigem até o térreo do Huap, próximo ao prédio anexo, para fazer as doações. No mesmo setor são recebidas também as mães com dificuldade de amamentação.

Interessadas em agendar uma visita podem entrar em contato com o telefone (21) 2629-9234 ou enviar um e-mail para bancoleite@huap.uff.br. Quem preferir visitar pessoalmente, o endereço do BLH do Huap é Avenida Marquês do Paraná, 303, térreo, Centro, Niterói.

Pesquisadores testam mistura asfáltica de bagaço de cana em Campos

 Maria Léa Aguiar

Arte e diagramação: Daniel Fernandez

Uma pesquisa em rede, orientada pelos professores Protásio Ferreira e Castro, da pós-graduação em Engenharia da UFF, e Regina Coeli Martins Paes Aquino, do Cefet de Campos dos Goytacazes, e que se constitui na tese de doutorado de Cláudio Luiz Dias Leal, vai ser motivo de grande campanha entre os motoristas na região de Campos, no norte do Estado do Rio. Em breve, uma mistura asfáltica, feita com bagaço de cana, será testada num trecho pequeno de uma das estradas de acesso ao município.

Segundo o professor Castro, coordenador da pesquisa, um pavimento asfáltico mais flexível permite movimento melhor de tração e retração, diminuindo as fissuras e aumentando a vida útil do material. Assim, depois de sofrer deformações devido ao peso e à carga transportada, o

pavimento voltaria às condições iniciais de tensão, aumentando o que se denomina de sua resiliência, que é a capacidade de resistir às pressões e voltar ao seu estado anterior.

Por enquanto, o material está sendo testado em laboratório, ao mesmo tempo em que se escolhe o trecho de estrada em que será aplicado, onde será possível medir as deflexões do novo asfalto ao longo do tempo.

É preciso, diz o professor, fazer medições antes, com o asfalto antigo e, depois, ir acompanhando o novo pavimento durante, pelo menos, um ano, para viver toda a sazonalidade de uso da rodovia. Deve-se observar as épocas de colheita da própria cana, quando o volume transportado é muito grande e o tráfego muito intenso, pois o município

de Campos é um dos maiores produtores de cana de açúcar.

Há uma geração muito grande de bagaço também, dizem os pesquisadores, e alguns outros estudos já foram feitos com as cinzas do bagaço queimado, que foram adicionadas ao cimento Portland, produzindo tijolos e bloquetes para a construção civil. Desta vez, “utilizamos o bagaço não queimado, mas como uma fibra para as massas asfálticas, tentando aumentar a vida útil dos pavimentos atuais”, disse o professor.

Existe outra situação, também a ser estudada, que é a de espalhar o bagaço de cana no subleito da estrada, abaixo do asfalto, para se experimentar uma melhor aderência e resiliência ao impacto do peso e da quantidade de veículos.

Campus

Notícias sobre eventos e acontecimentos na UFF

Libras – O professor João Batista Abreu, do Instituto de Arte e Comunicação Social (Iacs) da UFF, coordenou a edição da versão em Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) de três vídeos produzidos sobre as transformações sociais e culturais nos municípios envolvidos pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí. A edição é de Wilson Paraná, do Nucs Imagem. Cada um dos filmes tem 20 minutos de duração. Cópias serão doadas ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), em Laranjeiras, RJ, ao Projeto Sensibiliza da UFF e a outras

instituições que trabalhem com pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Selo – O selo personalizado em homenagem ao Jubileu de Ouro da Universidade Federal Fluminense é lançado em cerimônia de obliteração, ato que o coloca oficialmente em circulação, permitindo que passe a ser utilizado nas peças filatéticas e correspondências, propagando e perpetuando o tema que lhe deu origem. A peça fará parte do Acervo Regional dos Correios e servirá de fonte de pesquisa e registro do cerimonial de lançamento.



(Rosane Fernandes)

HISTÓRIA DA UFF - PARTE 2



Luiza Peluso e Regina Schneiderman

Arte e diagramação: Daniel Fernandez

A segunda parte da reportagem sobre o Jubileu de Ouro da UFF é dedicada aos primeiros reitores da universidade. Cabe registrar que, no dia 18 de dezembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek promulgou a criação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uferj), antigo nome da instituição. Somente em 1965 passou a ser denominada de Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nesse período de 50 anos, de 1960 a 2010, a UFF foi dirigida por 16 reitores. Entre 1961 e 1966, a universidade teve cinco reitores. Esse foi um período de muita instabilidade política, quando ocorre a troca do regime político do país de democrático para ditatorial.

Para cobrir o período de 1960 a 1978, o **Jornal da UFF** contou com a colaboração e memória do ex-reitor (1978–1982) e atual diretor da Associação dos Professores Inativos (Aspi) da universidade, professor Rogério Benevento. Ele relata algumas passagens sobre seus ex-colegas que fazem parte da história da UFF.

Em 26 de abril de 1961, foi nomeado o primeiro reitor, Durval de Almeida Baptista Pereira, a partir de uma lista tríplice. Ele era biólogo, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e ficou no cargo apenas três meses – em 13 de julho de 1961 foi demitido do cargo pelo presidente Jânio Quadros.

Segundo Benevento, houve uma mudança de última hora na escolha do primeiro reitor. “Nomearam Durval Pereira no lugar do professor Deoclécio Dantas de Araújo (que mais tarde veio a ser o terceiro reitor). Araújo achou que seria escolhido para primeiro reitor pela sua luta política e forte influência

que exerceu na bancada de políticos do Rio de Janeiro para a criação da universidade”, contou. Benevento disse ainda que o fato de pertencer à família do então arcebispo de Brasília pesou para Baptista Pereira ser escolhido como primeiro dirigente da UFF.

O professor Paulo Gomes da Silva, segundo reitor (1962–1963), assumiu o cargo como primeiro interventor, mas não ficou muito tempo. Os políticos decidiram nomear Deoclécio de Araújo (1963–1965) para terceiro reitor. Ele era cearense, médico e professor de Anatomia Topográfica.

Rogério Benevento lembra que a primeira Reitoria funcionava em cima da Casa Camelo, loja de tecidos na Rua Coronel Gomes Machado, Centro de Niterói. Em 1963, o Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap), que pertencia ao município de Niterói, passa a ser incorporado à universidade. Segundo Benevento, o reitor Deoclécio de Araújo acabou sendo afastado, e ocorre então a segunda intervenção federal sendo nomeado o professor Raul Jobim Bittencourt como quarto reitor da UFF (1965).

“Bittencourt não era da universidade e assumiu apenas como reitor *pró-tempore*. Araújo achava que iria voltar, mas quem é nomeado é o vice-reitor, professor Argemiro de Oliveira (1965–1966)”, explicou. A Reitoria passa a funcionar no Huap, onde funcionava a Faculdade de Medicina. Em 1965, a universidade deixa de ser Uferj e passa a ser denominada UFF.

O primeiro reitor a cumprir todo o mandato de quatro anos foi o sexto, professor Manoel Barreto Netto (1966–1970), que era médico e, segundo Benevento, foi quem expandiu a universidade. O primeiro estatuto da UFF foi feito por Barreto Netto e até hoje vigora com algumas modificações.

Leia a íntegra desta reportagem em www.noticias.uff.br/materias.



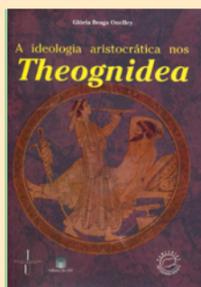
Livros da Editora da UFF



Sonia de Onofre (Coordenação)

Compras on-line pelo site: www.editora.uff.br

A ideologia aristocrática nos 'Theognidea'



Glória Braga Onelley

160 páginas
R\$ 25

A vida e a extensa produção poética atribuída ao elegíaco da época arcaica – Teógnis de Mégara – são objeto de questionamentos de especialistas em estudos helênicos. O livro da professora de Língua e Literatura Grega da UFF examina os “Theognidea”. A obra inaugura o selo “Parcerias Internacionais”, lançado em coedição entre a Eduff e a Imprensa da Universidade de Coimbra.

Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca



Soraya Silveira Simões

173 páginas
R\$ 27

O livro é resultado da pesquisa feita durante dois anos pela antropóloga Soraya Simões na tradicional área de prostituição do Rio de Janeiro. A autora descreve o cenário, as personagens e as sensações desse “mundo paralelo” ao Centro do Rio. O leitor poderá refletir melhor sobre a prática tão antiga e polêmica da prostituição.

Walter Benjamin: arte e experiência



Organizadores:
Luiz Sérgio de Oliveira e Martha D'Angelo

328 páginas
R\$ 45

Estudos da obra e pensamento do crítico e filósofo Walter Benjamin, professor da Escola de Frankfurt, estão nessa publicação, que contribui para a compreensão dos processos de produção de arte e cultura. A obra é fruto do Seminário Walter Benjamin: Arte e Experiência, realizado pela Pós-Graduação em Ciência da Arte e Comunicação Social da UFF.